14:34 Vo)) LTE 5G 58%

NA WEB
NO CENTRO DE SÃO PAULO
Perseguição e tiros na Augusta
Homem em carro blindado atropelou policiale resistiu antes de ser preso
PARA ACESSAR APONTE O CELULAR PARA O QR CODE

PABLO JACOB/16-7-2021

Águas barrentas. Paraopeba seis meses após o rompimento da barragem de Brumadinho: rio mantém alta concentração de metais, também são encontrados em peixes, segundo medições recentes

5 ANOS DA TRAGÉDIA

A MEMÓRIA DA ÁGUA

Rio Paraopeba ainda sofre com danos ambientais de desastre de Brumadinho

LUCAS ALTINO
E LUIS FELIPE AZEVEDO
bras@oglobo.com.br

Além de ter matado 270 pessoas, o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que hoje completa cinco anos, provocou danos ambientais que perduram em parte da Bacia do Rio Paraopeba, que recebeu os rejeitos liberados no acidente. O último boletim do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), de outubro, aponta concentrações de metais acima do permitido no rio. Uma pesquisa publicada ontem revelou que mais da metade dos peixes analisados do Paraopeba possuía pelo menos um contaminante em limites intoleráveis. Mas a Vale, proprietária da mina onde houve o acidente, sustenta que a qualidade da água hoje está semelhante à que tinha antes do desastre.

No dia em que a barragem do Córrego do Feijão se rompeu, Tatiane Mendes, que morava a 200 quilômetros da mina, ouviu na televisão que o problema poderia atingir uma região muito maior do que Brumadinho. Ela não imaginava, porém, que a água barrenta chegaria na sua plantação no assentamento Queima Fogo, em Pompéu.

— O Paraopeba era a única fonte de água do assentamento. A sede e a seca bateram muito forte — lembra Tatiane, que viu a cor do rio mudar no trecho que banhava o assentamento, depois de 45 dias do rompimento.

O poço artesiano deixou de servir para a família de Tatiane, que se desfez. Ela se divorciou e se mudou com as duas filhas para um imóvel dos pais no centro de Pompéu, onde fundou o grupo Guerreiras, que reúne moradores de regiões da Bacia do Paraopeba mais distantes de Brumadinho a serem afetadas.

Tatiane recebe um auxílio de meio salário mínimo pago pela Vale, conforme o acordo assinado pela empresa com autoridades da Justiça e do governo de Minas. Mas diz que a situação de quem vivia do rio "continua caótica".

— A população na região de Pompéu diminuiu em cerca de 40% porque muitos venderam suas terras. A maioria dependia do turismo ou da pesca. Algumas comunidades continuam consumindo os peixes, por falta de alternativa, e estão adoecendo — conta a ex-agricultora, que organiza pelo Guerreiras campanhas de doações de cestas básicas para famílias que não conseguiram se inscrever nos programas de auxílio por falta de documentos.

PIORA COM AS CHEIAS

Pelo acordo, a Vale é obrigada a fornecer água potável a quem dependia de poços artesianos a até 100 metros do leito do rio, hoje interditados. As margens foram obstruídas para cultivo porque os contaminantes no solo que afetam o crescimento de vegetação são um risco à saúde humana. Com cheias provocadas pelas chuvas em janeiro de 2020 e de 2022, a extensão da contaminação se agravou, e cerca de 4 mil hectares foram interditados pela Vale.

As análises mais recentes dos órgãos ambientais mostram redução da presença de metais. Mas o problema está longe de acabar. A dragagem feita pela Vale alcançou apenas os dois primeiros quilômetros no rio depois do ponto de rompimento, o que é insuficiente, segundo os especialistas.

De acordo com os boletins do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e da Secretaria estadual de Saúde, ainda há concentrações acima do limite permitido de alumínio, ferro e manganês. Esses metais estavam nos rejeitos da barragem. Mas a Vale informou que seu monitoramento aponta que a qualidade da água apresenta "resultados semelhantes aos registrados antes do rompimento, especialmente em períodos secos".

A companhia acrescentou que "segue comprometida com a reparação dos danos" e que já executou 68% do acordo de reparação assinado com o governo de Minas, os ministérios públicos e a Defensoria Pública, que prevê R$ 37,68 bilhões em 160 programas na região. Entre as ações ambientais, estão a restauração de 60 hectares com plantio de 90 mil mudas no entorno do ponto do rompimento, a construção de uma estação de tratamento de água fluvial e o monitoramento da fauna.

O Instituto Guaicuy, que atende às comunidades de regiões da Bacia do Paraopeba prejudicadas pelo acidente, divulgou ontem análises que mostram poluições na água, no solo, nos sedimentos e nos peixes. Segundo o levantamento, 53% dos peixes das áreas afetadas tinham arsênio, cádmio, chumbo e mercúrio acima dos valores permitidos pela Anvisa para consumo humano. O levantamento apontou a alta presença de metais não regulados pela Anvisa, como o manganês, com uma quantidade média de 15 mg por quilo nas amostras. Segundo nutricionistas, o indicado para consumo humano é uma média de 3 mg por dia.

A longa exposição a esses metais pode causar danos neurológicos, como perda de memória, dificuldades cognitivas e de coordenação motora, além de insuficiência cardíaca e perdas hormonais. As contaminações também afetam peixes como traíras, pacamãs e curimbas. Mesmo com os alertas, pescadores se arriscam, por falta de opções.

— Ganho por mês metade do que conseguia antes — diz Silvana Paraíso, pescadora que viu seu trabalho de 30 anos ser afetado e usa remédios para controle de ansiedade. — O peixe hoje não tem preço bom, pelo medo de contaminação.

A loja de artigos de pesca de Marilei Aparecida Alves, no Shopping das Minhocas, em Caetanópolis, perdeu 70% do faturamento. Ela organizou uma cooperativa com as vendedoras para ajudar as que não têm renda.

— Não fomos nós os criminosos, mas somos tratados como se fôssemos — lamenta Marilei, que precisou demitir cinco funcionárias.

CONTAMINAÇÃO

Os monitoramentos no Rio Paraopeba indicam a necessidade de a interdição continuar. Até hoje o consumo de água ou a pesca no rio não é permitido.

Alta concentração de alumínio, ferro, e manganês no Paraopeba

Inconformidades nos parâmetros microbiológicos, físico-químicos e de substâncias que representam risco à saúde

O consumo em excesso ou a exposição a longo prazo aos metais pode causar diversos danos à saúde, em especial neurológicos, como perda de memória, dificuldades cognitivas e de coordenação motora, além de insuficiência cardíaca e perdas hormonais

PEIXES

53,5% dos peixes possuíam metais tóxicos (arsênio, cádmio, chumbo e mercúrio) acima dos valores permitidos para consumo humano.

27% dos peixes **tiveram a presença de pelo menos um contaminante** no tecido muscular, consumido pelo homem.

87% tinham o contaminante no tecido hepático, que normalmente não é consumido. Mas o percentual indica o alto grau de intoxicação.

Muitos peixes são comercializados, como **Traíra, Pacamã, Curimba, Piau três pintas** e **Mandi amarelo**

Pesquisa do Instituto Guaicuy analisou 1.605 amostras da Região Norte da Bacia do Paraopeba

AUMENTO DE RISCO DE DOENÇAS

A presença de rejeitos levou à formação de grandes poças nas margens do rio, o que favorece a proliferação de mosquitos vetores de doenças como dengue e chikungunya

Solo
Análises mostraram o impacto nas margens dos rios, pelo aumento de teores de fragmentos de rocha e de metais, o que prejudica o crescimento da vegetação e traz risco de contaminação

Agravamento dos danos
Depois das cheias de 2020 e de 2022 no Rio Paraopeba, a área de contaminação se ampliou. Cerca de 4 mil hectares de terra foram interditados para cultivos

Fontes: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e Secretaria de Saúde de Minas

EDITORIA DE ARTE

MARCOS OLIVEIRA/FUNCAB

Impróprios. Coleta de peixes na Zona Rural de Paraopeba para análises

Demissão. Marilei teve loja afetada

FUNCAB